

**No. 40046**

---

## **Multilateral**

**Agreement on the exemption from fees and emoluments in connection with the issuance or renewal of residence permits for citizens of the community of Portuguese-Speaking Countries. Brasília, 30 July 2002**

**Entry into force:** *1 October 2003, in accordance with article 6 (see following page)*

**Authentic text:** *Portuguese*

**Registration with the Secretariat of the United Nations:** *Community of Portuguese-Speaking Countries, 1 March 2004*

---

## **Multilatéral**

**Accord relatif à l'exonération des impôts et des frais dûs par rapport à la délivrance et au renouvellement des visas de résidence aux citoyens de la Communauté des pays de langue portugaise. Brasília, 30 juillet 2002**

**Entrée en vigueur :** *1er octobre 2003, conformément à l'article 6 (voir la page suivante)*

**Texte authentique :** *portugais*

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies :** *Communauté des pays de langue portugaise, 1er mars 2004*

<b>Participant</b>	<b>Ratification</b>
Angola	11 Jul 2003
Portugal	8 Aug 2003
Sao Tome and Principe	25 Sep 2003

<b>Participant</b>	<b>Ratification</b>
Angola	11 juil 2003
Portugal	8 août 2003
Sao Tomé-et-Principe	25 sept 2003

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

**ACORDO SOBRE ISENÇÃO DE TAXAS E EMOLUMENTOS DEVIDOS À EMISSÃO E RENOVAÇÃO DE AUTORIZAÇÕES DE RESIDÊNCIA PARA OS CIDADÃOS DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Considerando que um dos objectivos da constituição da CPLP é o de promover, sem prejuízo dos compromissos internacionais assumidos pelos Estados Membros, medidas visando a resolução dos problemas enfrentados pelas comunidades imigradas no espaço da CPLP, bem como a coordenação e o reforço da cooperação no domínio das políticas de imigração;

Considerando o interesse comum em prosseguir uma política de cooperação no sentido de reforçar cada vez mais os laços especiais de amizade e de fraternidade que unem os Povos e Governos da CPLP, criando oportunidades de desenvolvimento;

Tendo em consideração o disposto nas Resoluções de Maputo e São Tomé sobre Cidadania e Circulação de Pessoas no espaço da CPLP;

Considerando ainda o disposto nos Comunicados Finais do V e VI Conselho de Ministros realizados, respectivamente em Maputo e São Tomé, no que se refere à Cidadania e Circulação de Pessoas no espaço da CPLP;

A República de Angola, a República Federativa do Brasil, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe, acordam o seguinte:

**Artigo 1º**

Os cidadãos dos Estados Membros da CPLP, residentes nos outros Estados Membros, estão isentos do pagamento de taxas e emolumentos devidos na emissão e renovação de autorizações de residência, com excepção dos custos de emissão de documentos.

**Artigo 2º**

1. Os Estados Membros interessados em eventuais alterações ao presente acordo, enviarão por escrito, ao Secretariado Executivo, uma notificação, contendo as propostas de emenda.
2. O Secretariado Executivo promoverá, num prazo máximo de 90 dias a contar da data da notificação, o início das negociações, dando conhecimento imediato ao Comité de Concertação Permanente.
3. O texto resultante das negociações acima referidas será encaminhado ao Conselho de Ministros para aprovação.
4. As emendas entrarão em vigor nos termos previstos no artigo 6º.

**Artigo 3º**

1. Cada Estado Membro reserva-se o direito de suspender temporariamente a aplicação do presente Acordo por motivos de ordem interna, de segurança nacional, de saúde pública ou obrigações internacionais, dando do facto imediato conhecimento aos demais Estados Membros.
2. A suspensão referida no número anterior produz efeitos a partir da data da recepção da notificação pelo Secretariado Executivo.

**Artigo 4º**

1. Qualquer Estado Membro poderá denunciar o presente Acordo, mediante notificação ao Secretariado Executivo que, por sua vez, comunicará de imediato aos demais Estados Membros.

2. A denúncia produzirá efeito 60 dias após a data da recepção da notificação.

**Artigo 5º**

As dúvidas resultantes da interpretação ou aplicação do presente Acordo serão resolvidas por consenso entre os Estados Membros.

**Artigo 6º**

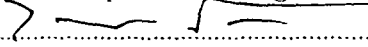
1. O presente Acordo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data em que três Estados Membros da CPLP tenham depositado na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, os respectivos instrumentos de ratificação ou documentos equivalentes que os vinculem ao Acordo.
2. Para cada um dos Estados Membros que vier a depositar posteriormente, na sede da CPLP, junto ao Secretariado Executivo, o respectivo instrumento de ratificação ou documento equivalente que o vincule ao Acordo, o mesmo entrará em vigor no primeiro dia do mês seguinte à data do depósito.

**Artigo 7º**

O texto original do presente Acordo será depositado na sede da CPLP, junto do Secretariado Executivo, que enviará cópias autenticadas do mesmo aos Estados Membros.

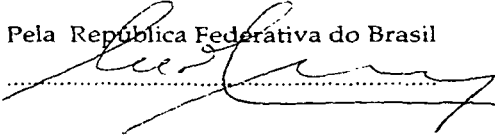
*Feito e assinado em Brasília, a 30 de Julho de 2002*

Pela República de Angola



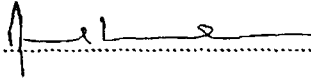
---

Pela República Federativa do Brasil



---

Pela República de Cabo Verde



---

Pela República da Guiné-Bissau



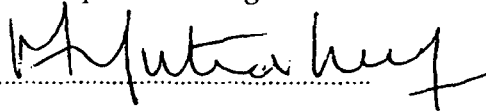
---

Pela República de Moçambique



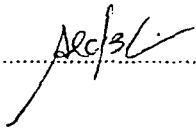
---

Pela República Portuguesa



---

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe



---

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT ON EXEMPTION FROM FEES AND EMOLUMENTS IN  
CONNECTION WITH THE ISSUANCE OR RENEWAL OF RESIDENCE  
PERMITS FOR CITIZENS OF THE COMMUNITY OF PORTUGUESE-  
SPEAKING COUNTRIES

Considering that one of the objectives of the establishment of the Community of Portuguese-Speaking Countries, (hereinafter referred to as CPLP) is to promote, without prejudice to the international commitments assumed by its member States, measures designed to resolve the problems faced by immigrant communities within CPLP and the coordination and strengthening of cooperation in the field of immigration policy;

Considering the common interest in pursuing a policy of cooperation aimed at further strengthening the special bonds of friendship and brotherhood that unite the peoples and governments of CPLP by creating development opportunities;

Taking into account the provisions of the Maputo and São Tomé resolutions on citizenship and the movement of persons within CPLP; and

Considering also the provisions of the final communiqués of the fifth and sixth meetings of the Council of Ministers, held in Maputo and São Tomé, respectively, with regard to citizenship and the movement of persons within CPLP;

The Republic of Angola, the Federative Republic of Brazil, the Republic of Cape Verde, the Republic of Guinea-Bissau, the Republic of Mozambique, the Portuguese Republic and the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe have agreed as follows:

*Article 1*

Citizens of member States of CPLP who are residents of other member States thereof shall be exempt from the payment of fees and emoluments in connection with the issuance and renewal of residence permits, with the exception of the cost of issuance of documents.

*Article 2*

1. Member States interested in making changes to this Agreement shall send a written notification containing the proposed amendments to the Executive Secretariat.

2. The Executive Secretariat shall encourage the opening of negotiations within 90 days of the date of notification and shall inform the Standing Committee for Consultation immediately.

3. The text resulting from the aforementioned negotiations shall be referred to the Council of Ministers for approval.

4. The amendments shall enter into force under the terms set forth in article 6.

*Article 3*

1. Each member State reserves the right to suspend the implementation of this Agreement temporarily for reasons of public order, national security, public health or international obligations. In that event, it shall notify the other member States immediately.
2. The suspension referred to in the preceding paragraph shall take effect as from the date of receipt of the notification by the Executive Secretariat.

*Article 4*

1. Any member State may terminate this Agreement by notifying the Executive Secretariat, which, in turn, shall inform the other member States immediately.
2. Such termination shall take effect 60 days from the date of receipt of the notification.

*Article 5*

Any questions arising from the interpretation or implementation of this Agreement shall be resolved by consensus of the member States.

*Article 6*

1. This Agreement shall enter into force on the first day of the month following the date on which three member States of CPLP deposit their respective instruments of ratification or equivalent documents of accession to the Agreement with the Executive Secretariat.
2. For each member State which subsequently deposits its instrument of ratification or an equivalent document of accession to the Agreement with the Executive Secretariat at CPLP Headquarters, the Agreement shall enter into force on the first day of the month following the date of deposit.

*Article 7*

The original text of this Agreement shall be deposited with the Executive Secretariat at CPLP Headquarters, which shall send certified copies of it to the member States.

Done and signed at Brasilia on 30 July 2002.

For the Republic of Angola:

[ILLEGIBLE]

For the Federative Republic of Brazil:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Cape Verde:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Guinea-Bissau:

[ILLEGIBLE]

For the Republic of Mozambique:

[ILLEGIBLE]

For the Portuguese Republic:

[ILLEGIBLE]

For the Democratic Republic of São Tomé and Príncipe:

[ILLEGIBLE]



[TRANSLATION — TRADUCTION]

ACCORD RELATIF À L'EXONÉRATION DES IMPÔTS ET DES FRAIS DÛS  
PAR RAPPORT À LA DÉLIVRANCE ET AU RENOUVELLEMENT DES  
VISAS DE RÉSIDENCE AUX CITOYENS DE LA COMMUNAUTÉ DES  
PAYS DE LANGUE PORTUGAISE

Considérant que l'un des objectifs de la création de la Communauté des pays de langue portugaise, (ci-après dénommée CPLP) consiste à favoriser, sans préjudice des engagements internationaux contractés par ses Etats membres, les mesures conçues pour régler les problèmes auxquels sont confrontées les communautés d'immigrant dans la CPLP ainsi qu'à coordonner et à renforcer la coopération dans le domaine de la politique d'immigration ;

Considérant l'intérêt commun qu'ils ont de conduire une politique de coopération visant à renforcer plus encore les liens spéciaux d'amitié qui unissent les peuples et les Gouvernements de la CPLP ;

Prenant en considération les dispositions des résolutions de Maputo et de São Tomé en matière de citoyenneté et de mouvement des personnes dans le périmètre de la CPLP ; et

Considérant également les dispositions des communiqués finals de la cinquième et de la sixième réunions du Conseil des ministres, respectivement tenues à Maputo et à São Tomé, en ce qui concerne la citoyenneté et le mouvement des personnes au sein de la CPLP ;

La République d'Angola, la République fédérative du Brésil, la République du Cap Vert, la République de Guinée-Bissau, la République de Mozambique, la République portugaise et la République démocratique de São Tomé et Príncipe sont convenues de ce qui suit :

*Article premier*

Les ressortissants d'Etats membres de la CPLP qui sont des résidents d'autres Etats membres sont exonérés du paiement des impôts et frais dûs au titre de la délivrance et du renouvellement des permis de séjour, ceci à l'exception du coût de la délivrance des documents.

*Article 2*

1. Les Etats membres souhaitant amender le présent Accord envoient au Secrétariat exécutif une notification écrite faisant état des amendements proposés.

2. Le Secrétariat exécutif encourage l'ouverture de négociations dans un délai de 90 jours à compter de la date de la notification et en informe immédiatement le Comité permanent de consultation.

3. Le Conseil des ministres est saisi du texte issu des négociations susvisées en vue de son agrément.

4. Les amendements entrent en vigueur dans des conditions conformes aux dispositions de l'article 6.

*Article 3*

1. Chaque Etat membre se réserve le droit de suspendre temporairement l'application du présent Accord pour des raisons d'ordre public, de sécurité nationale, de santé publique ou d'obligations internationales. Dans cette éventualité, il en notifie immédiatement les autres Etats membres.

2. La suspension visée au paragraphe précédent prend effet à la date de la réception de la notification au Secrétariat exécutif.

*Article 4*

1. Tout Etat membre peut dénoncer le présent Accord en en notifiant le Secrétariat exécutif, lequel, à son tour, en informe immédiatement les autres Etats membres.

2. Cette dénonciation prend effet 60 jours à compter de la date de la réception de la notification.

*Article 5*

Tout problème touchant à l'interprétation ou à la mise en oeuvre du présent Accord est réglé par consensus entre les Etats membres.

*Article 6*

1. Le présent Accord entre en vigueur le premier jour du mois suivant la date à laquelle trois Etats membres de la CPLP déposent auprès du Secrétariat exécutif leurs instruments respectifs de ratification de ou de leurs documents équivalents d'adhésion à l'Accord.

2. Dans le cas de chacun des Etats membres déposant ultérieurement leur instrument de ratification de ou un document équivalent d'adhésion à l'Accord auprès du Secrétariat exécutif au siège de la CPLP, l'Accord entre en vigueur le premier jour du mois suivant la date du dépôt.

*Article 7*

L'original du texte du présent Accord sera déposé auprès du Secrétariat exécutif au siège de la CPLP, qui en enverra des copies certifiées aux Etats membres.

Fait et signé à Brasilia, le 30 juillet 2002.

Pour la République d'Angola :

[ILLISIBLE]

Pour la République fédérative du Brésil :

[ILLISIBLE]

Pour la République du Cap Vert :

[ILLISIBL]

Pour la République de Guinée-Bissau :

[ILLISIBLE]

Pour la République de Mozambique :

[ILLISIBLE]

Pour la République portugaise :

[ILLISIBLE]

Pour la République démocratique de São Tomé et Príncipe :

[ILLISIBLE]

